25
anos
SITESEMG

Uma história de resistência em um mundo em transição.

25 anos
SITESEMG

Filhos da contradição

O que leva trabalhadores em sindicatos a fundarem uma entidade sindical? É provável que a resposta esteja em Paulo Freire (1921/1997): como hospedeiro do opressor, o oprimido convive com o desejo de ser livre, ao mesmo tempo em que não descarta o ideal de quem o oprime.

A julgar pelas narrativas que reconstituem os 33 anos de organização dos trabalhadores em entidades sindicais de Minas Gerais, a contradição implícita na formulação do educador, se aplicada ao comportamento de parte dos dirigentes sindicais, explica a decisão tomada pela categoria.

Há aqueles que atribuem à escassa democracia no interior das entidade o estopim para a criação, em 1989, do Sitesemg.

Outros relacionam o desrespeito à Lei 4.725/65 – que assegura o repasse das conquistas das categorias representadas pelos sindicatos a seus empregados – ao fato destes últimos terem chegado à conclusão de que trabalhador é trabalhador em qualquer lugar e, nesta condição, deve lutar para ter direitos.

Por último, há quem identifique já naquele período traços da burocratização que levaria grande parte dos dirigentes sindicais a se aproximar cada vez mais de práticas de gestão capitalista – o que também explicaria o afastamento recíproco e paulatino das entidades e de seus representados, sobretudo a partir dos anos 1990.

É necessário ainda levar em conta o ambiente propício à mobilização. Após o fracasso do primeiro governo da chamada "Nova República", quase três décadas depois, o Brasil voltava a escolher seu Presidente pelo voto direto. Os trabalhadores, em luta contra o arrocho salarial, faziam renascer o movimento sindical combativo.

Ao narrar os acontecimentos que marcaram estes 25 anos e sublinhar o papel do Sitesemg na organização nacional da categoria, queremos homenagear os trabalhadores e as trabalhadoras em entidades sindicais que tomaram parte nesta construção coletiva.

Ao mesmo tempo, nesta edição comemorativa, refletimos sobre os antecedentes que levaram à crise mundial de 2008 e seus diferentes impactos – tanto em forma quanto em intensidade – sobre os países e as mais recentes manifestações de rua no Brasil – episódios que também emolduraram estas duas décadas e meia.

É, para nós, um prazer e uma honra partilhar este momento com você, leitor (a).

SITESEMG

DIRETORIA DO SITESEMG / 2014-2017

Presidente
Jadir da Silva Perez
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, Orientação e Formação Profissional no Estado de MG (Senalba)

Secretária Geral
Rogéria Cássia dos Reis Nascimento
Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de MG (Sind-Saúde/MG)

Diretor de Finanças
Maurício da Silva Gomes
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de BH e Região (Sindeess)

Diretor de Cultura
José Leopoldo Lages
Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de MG (Sitraemg)

Diretor de Pesquisa
Ronaldo Paulo Souza
Sindicato dos Professores do Estado de MG (Sinpro Minas)

Diretor de Formação
Geraldo Magela Gomes
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de BH (Sindibel)

Diretor de Relações Sindicais
Norman Jorge Domingos
Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região

Diretora de Saúde
Joana D'Arc Gomes
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de BH e Região (Sindeess)

Diretora de Regionais
Milane Borges Paula da Costa
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada de MG (Siticop/Araxá)

Diretor de Assuntos Jurídicos
Abdiel Santana Correia
Sindicato dos Empregados no Comércio de BH e Região Metropolitana

Diretor de Imprensa
Geraldo Inácio Martins
Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região

SUPLENTES

Adilcéia Ferreira Rios Clemente
Associação dos Servidores Administrativos da UFV (Asav/Florestal)

Adão Eustáquio de Souza Lino
Sindicato dos Bancários de BH e Região

Alexandre Esteves Gonçalves
Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de MG (Sitraemg)

Antônio Eustáquio Silveira da Rocha
Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem

Beatriz Lopes Gomes Ferreira
Sindicato dos Auditores de Tributos Municipais de BH

Charley Arantes dos Anjos
Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em MG (Sintsprev/MG)

Marconi Luiz dos Santos Rocha
Sindicato dos Empregados no Comércio de BH e Região Metropolitana

Soraia Cristina da Silva
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de BH (Sindibel)

Ternísia Alves Pedra
Sindicato dos Professores do Estado de MG (Sinpro Minas)

Vasti Rodrigues da Silva
Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem

Wesley Eustáquio Cruz
Sindicato das Empresas de Consultoria, Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e Empresas de Serviços Contábeis no Estado de MG (Sescon/MG)

CONSELHO FISCAL

Ângelo Rangel Jerônimo
Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em MG (Sintsprev/MG)

Silvana Vilas Boas
Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de MG (Sindados/MG)

Soraya Abuid Moreira
Sindicato dos Professores do Estado de MG (Sinpro Minas)

SUPLENTES

Afonso Antônio Donizeti
Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais (Fesempre)

Ailton Barbosa
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de Betim

Flanquer da Silva Freitas
União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil (UNSP)

DELEGADOS SINDICAIS

Adriano Reis Costa
Sindicato Intermunicipal das Indústrias da Construção Civil da Região dos Lagos Sul Mineiros (Sinduscon Lagos/Varginha)

Amilton de Assis Barbosa
Sindicato dos Empregados no Comércio de BH e Região Metropolitana

Anderson Francisco de Jesus
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de BH (Sindibel)

Carolina Sabará Pedrosa
Sindicato Metabase de Congonhas

César José Panosso Vieira
Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região

Edna Maria Vital
Sindicato dos Professores do Estado de MG (Sinpro Minas)

Edvaldo Euzébio Benício
Sindicato dos Bancários de BH e Região

Eli Izabel Rodrigues Santana
Sindicato dos Professores do Estado de MG (Sinpro Minas/Montes Claros)

Igor de Oliveira Souza
Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de MG (Sitraemg)

Janice Sahler Furtado Costa
Associação dos Servidores Administrativos da UFV (Asav/Viçosa)

José Ferreira da Silva Filho
Sindicato dos Engenheiros no Estado de MG (Senge/MG)

Luzimar Correa do Nascimento
Sindicato dos Empregados no Comércio de BH e Região Metropolitana

Marielza Lúcia Soares Lobato
Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem

Márcio Magela Rocha Silva
Sindicato dos Produtores Rurais de Araxá

Noelsa Conceição da Silva
Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de BH (Sind-Rede/BH)

Sandra Regina Caixeta
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio

Simone da Silva Leite
Sindicato dos Professores do Estado de MG (Sinpro Minas/Divinópolis)

Tânia Grace de Souza
Sindicato dos Professores de Universidades Federais de BH e Montes Claros

Vanessa Meneguite da Cruz
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de BH (Sindibel)

Zilma Aparecida das Neves
Sindicato dos Vigilantes de Uberlândia e Região

SITESEMG
Rua da Bahia, 573, Salas 602/603, Centro
Belo Horizonte (MG)
CEP 30160-010
Tel.: 31 32223072 / 75560505
Fax: 31 32229505

www.sitesemg.org.br
sitesemg@ig.com.br
www.facebook.com/sitesemg

Reportagem / Edição
Alexandre Magalhães (MG 04513 JP)
alexandreacmagalhaes@uol.com.br

Projeto gráfico / Ilustrações
Rômulo Garcias
romulogarcias2013@gmail.com

Tiragem: 1.000 exemplares

8 **Assim era no princípio**
A manipulação
O fim da URSS
Cai o Muro
Massacre nas ruas de Pequim
Vozes que silenciam e que gritam
Breve ocaso do cinema nacional

18 **Em defesa da categoria e do país**
Novo século trouxe novos desafios
Tempo ratificou importância da organização
Sede própria reforçou independência

24 **Berço da organização nacional**
Luta por regulamentação prossegue
ADI 3890 ameaça direito de organização
Ferramenta de transformação

28 **Casa de ferreiro, espeto de pau**
Proximidade do governo contém reivindicações
Assédio moral passa a denominar práticas corriqueiras

34 **Dinheiro demais, igualdade de menos**
Crise castiga trabalhadores europeus

39 **Ecos da insatisfação**
BRICS redesenha geopolítica mundial
Novo século inaugura ativismo digital

42 **Dedicatória**

Assim era no princípio

Do despertar da consciência dos pioneiros à paulatina adesão dos trabalhadores em sindicatos, Sitesemg construiu sua história de resistência

Após 20 anos de ditadura militar e da frustração com o desfecho da campanha por eleições diretas, o Brasil atravessava a segunda metade dos anos 1980 ao sabor dos vaivéns da política econômica.

No governo José Sarney (1985-1989), conviviam duas correntes de pensamento distintas: uma liderada pelo então ministro do Planejamento, João Sayad, que enxergava no fortalecimento do mercado interno a maneira de gerar as divisas necessárias a fazer frente ao endividamento, sobretudo externo; outra, pelo ministro da Fazenda Francisco Dornelles, que impunha ao país uma agenda centrada no corte de despesas públicas e no arrocho salarial, para honrar os compromissos com os credores.

Poucos meses após ter assumido a Presidência – e dado posse a um novo ministro da Fazenda (Dilson Funaro) – Sarney obteve breve sucesso no controle da inflação, ao determinar um congelamento de preços e autorizar um reajuste substancial do salário mínimo.

Ao recuperarem seus ganhos, em função do aumento do consumo, as empresas optaram por segurar os preços. Brasileiros – apelidados na época de "fiscais do Sarney" – saíam às ruas para verificar se haveriam ou não remarcações.

Logo, porém, a política de juros altos praticada pelo Banco Central (BC), ao encarecer o crédito e estimular a especulação financeira, tratou de realimentar a inflação.

Após ter derrotado os "pelegos" instalados na maioria absoluta das entidades sindicais brasileiras pelo regime militar, uma nova geração de militantes assumira a organização de importantes categorias profissionais país afora. O Brasil vivia uma etapa de intensa mobilização de seus trabalhadores.

Em 1987, as perdas salariais reais chegaram a 24% na Grande São Paulo, segundo dados divulgados na época pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

À luta contra a política econômica errática se somavam campanhas salariais vigorosas, em resposta ao arrocho – visto novamente como eficaz pelo governo para forçar a desaceleração de preços.

Abertura

No segundo semestre daquele ano, quando a área econômica do governo passou a ser chefiada por Maílson da Nóbrega, as teses defendidas por Dornelles foram radicalizadas.

Membro da antiga equipe do ex-ministro Delfim Netto – artífice do "milagre econômico" (1968-1973) –, ao assumir o Ministério da Fazenda Maílson não só manteve o arrocho e aprofundou o corte de despesas como aumentou os juros reais e passou a defender que a moratória da dívida – decretada meses antes – fosse suspensa até a retomada de negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Naquela época, em troca de recursos que custavam caro ao país, o FMI ditava os rumos da economia.

De joelhos diante dos credores, não tardou para que o Brasil entrasse novamente na rota da hiperinflação, que, de 416% em 1987, passou a 933% em 1988, até atingir inacreditáveis 1.764% em 1989.

Também com Maílson da Nóbrega iniciou-se o processo de abertura da economia e de desestatização, que seria levado às últimas consequências pelos futuros presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002). Já naquela época, a lista de empresas que o governo pretendia privatizar incluía gigantes dos ramos siderúrgico, petroquímico, de fertilizantes, de transportes e de mineração, entre outros. Empresas como Usiminas, Acesita e Açominas, embora lucrativas, entravam na mira de concorrentes privados.

Em meio à disparada da inflação e ao arrocho, os trabalhadores saíram às ruas e a Constituição promulgada em 1988 captou os anseios de mudança. No capítulo dos Direitos Sociais, foram consagradas conquistas trabalhistas históricas e inseridos novos e importantes direitos, como férias remuneradas acrescidas de um terço do salário; universalização do direito de greve e de sindicalização; seguro-desemprego; redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; hora-extra 50% superior à remuneração e mecanismos de punição à demissão imotivada.

Dívida social

Ao se aproximar do fim, a década de 1980 trouxe consigo os números do "desastre". De 1980 até 1989, o Brasil havia transferido para o exterior, sob a forma de juros, US$ 150 bilhões. No mesmo período, a dívida quase dobrou – passou de US$ 64,2 bilhões para

Em setembro de 1989, trabalhadores em entidades sindicais realizaram seu Iº Congresso e aprovaram plano de lutas

US$ 115,10 bilhões.

Para quitar os juros externos, o governo brasileiro emitia títulos da dívida interna, oferecidos em troca de moeda nacional, destinada a comprar os dólares dos exportadores. Foi o que fez com que a dívida pública interna saltasse de 4,2%, em 1980, para 15% do Produto Interno Bruto (PIB), nove anos depois.

Neste período, a taxa média de crescimento da economia foi de apenas 2,9%, insuficiente para saldar a dívida social contraída com os brasileiros – fato comprovado pelo aumento da concentração de renda, medido através do índice de Gini, que havia subido de 0,59 para 0,64 (este cálculo leva em conta que, quanto mais próximo de 1, mais desigual é o país).

Em uma década, o número de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza havia aumentado de 29,5 milhões para 39,2 milhões. Ao mesmo tempo, a participação do setor financeiro na renda nacional saltou de 7,8%, em 1980, para 19,5%, em 1989. Àquela altura, tudo o que o Brasil mais desejava era mudança.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que incentivavam seus empregados a integrar a resistência, as entidades sindicais viam nascer no interior de seus próprios domínios uma nova organização. Seus trabalhadores também tinham o que reivindicar.

A MANIPULAÇÃO

Em 15 de dezembro de 1989, quando Lula e Collor se colocaram frente a frente das câmeras de televisão para debater os rumos que o país deveria tomar a partir do ano seguinte, de um total de aproximadamente 140 milhões de habitantes, nem 50 milhões de brasileiros eram considerados "consumidores", segundo padrões internacionalmente adotados para assim classificá-los. O país contabilizava 31 milhões de analfabetos e 8,5 milhões de crianças estavam fora da escola.

Em seu programa de governo, Lula defendia a valorização das categorias essenciais ao desenvolvimento do país e do movimento sindical. Ao atacar o latifúndio, afirmava que "o problema do Nordeste não é de seca, é de cerca". E defendia a limitação da remessa de lucros pelas instituições financeiras – naquela época, as despesas oriundas da dívida pública eram quatro vezes superiores ao gasto com o funcionalismo.

Além de defender a distribuição de riquezas, Lula prometia realizar uma auditoria da dívida e taxar heranças e ganhos de capital.

No dia seguinte ao debate, por ordem da direção da TV Globo, a edição levada ao ar no "Jornal Nacional" – principal noticiário da emissora, líder de audiência no país – privilegiou os melhores momentos de Collor e os piores de Lula, na tentativa de influenciar o resultado da eleição que se realizaria um dia depois.

Abertas as urnas da disputa do segundo turno, Collor venceu por uma pequena margem de votos – 34.872.379 (49,85% do total) contra 30.984.612 (44,32%) de Lula.

O episódio entrou para a história da TV brasileira como um das mais graves ataques à democracia já praticados no país.

"Casa de ferreiro"...

"Estávamos saindo de uma ditadura e a luta por um país melhor era liderada também pelo movimento sindical, que, ao lado dos partidos de esquerda, ressurgia das sombras", recorda Leda Maria Nolasco, uma das primeiras ativistas a se engajar na organização da Associação Profissional dos Empregados em Entidades Sindicais do Estado de Minas Gerais (Apeesemg), embrião do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais do Estado de Minas Gerais (Sitesemg).

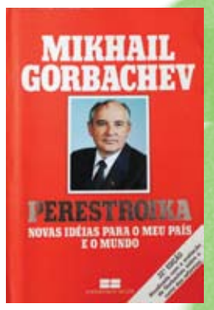
Nesta época, embora a Lei 4.725/65 assegurasse aos trabalhadores em entidades sindicais o repasse automático das conquistas econômicas e sociais obtidas pelas categorias profissionais, a determinação era sistematicamente descumprida por grande parte das direções sindicais, razão para que as primeiras tentativas de organização resultassem na criação da Apeesemg.

As contradições eram tantas e tamanhas que o primeiro *slogan* usado pela categoria para reivindicar direitos associava as direções sindicais ao dito popular "casa de ferreiro, espeto de pau".

"Foi daí que surgiu a necessidade de se criar uma organização que tivesse autonomia e legitimidade para negociar com o movimento sindical e garantir minimamente as conquistas", observa Jadir da Silva Perez, que também participou daquele movimento e preside atualmente o Sitesemg. "Não éramos reconhecidos como categoria, por isso, nossos direitos não eram respeitados pelos empregadores", sintetiza Leda.

Além de buscar fazer cumprir o que determinava a lei, os empregados em sindicatos tinham outro problema a enfrentar: a linha tênue que os separava da condição de "militantes profissionais" e "profissionais militantes". "Este era um debate que, inclusive, fazíamos na época", lembra José Leopoldo Lages, outro ativista dos primeiros anos de organização, atual diretor de Cultura do Sitesemg.

Em consequência desta indefinição, os empregados em sindicatos eram, a cada dia, mais explorados, como recorda José de Arimatéia Trindade, funcionário do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem quando decidiu aderir ao movimento. "O aprofundamento do arrocho tornou mais intensa



O FIM DA URSS

Os acontecimentos que culminariam com a queda do Muro de Berlim tiveram início em março de 1985, quando Mikhail Sergueievitch Gorbatchev assumiu a secretaria-geral do partido Comunista da então União Soviética. Em fevereiro do ano seguinte, ao apresentar seu programa de reformas políticas e econômicas, Gorbatchev propôs dar fim à corrida armamentista e implantar uma nova política econômica denominada "Perestroika" (em português, reconstrução). Para o líder soviético, o Estado não deveria ser um obstáculo ao progresso individual.

Em maio de 1988, com a visita do presidente norte-americano Ronald Reagan a Moscou, a atmosfera de descontração política prenunciava importantes transformações. Dois meses depois, durante a 19ª Conferência do Partido Comunista, pela primeira vez, Gorbatchev condenou abertamente a natureza do socialismo soviético, classificada por ele de arbitrária.

Em meio à crise de abastecimento vivida pela URSS, frentes populares passam a reivindicar independência. Na tentativa de evitar o colapso, Gorbatchev concedeu maior autonomia às repúblicas, para mantê-las unidas em um só país. Além disso, ofereceu insumos econômicos a preços mais baixos e garantias de proteção militar e propôs a assinatura de um tratado para assegurar uma relativa repartição de poderes e o fim da centralização por parte da Rússia.

Em vão. O "Tratado da União" não se concretizou e, em poucos dias, as repúblicas do Báltico proclamaram sua independência – nos meses seguintes, todas as repúblicas soviéticas seguiram o mesmo caminho.

CAI O MURO

Em meio às transformações vividas em seu país, em outubro de 1989, durante visita à Alemanha Oriental, Mikhail Gorbatchev advertiu o líder comunista Erick Honecker de que a União Soviética não toleraria uma repressão violenta ao crescente movimento por democracia. A passagem do líder soviético fez deslanchar a revolta popular que resultaria, no mês seguinte, na queda do Muro de Berlim, principal símbolo da divisão entre capitalistas e socialistas durante a "Guerra Fria". A destruição do Muro representou o fim do socialismo no mais rico, próspero e fechado país da Europa Oriental. Em pouco tempo, o processo se alastrou por todos os países do bloco socialista. Os episódios mais violentos foram registrados na Romênia, em dezembro daquele ano, quando a luta popular pelo fim da ditadura custou pelo menos 10 mil vidas humanas.

a luta das entidades e isso refletiu diretamente sobre quem trabalhava em sindicato, que era exigido muito além do que a legislação determinava. Ou seja, os mesmos dirigentes que defendiam os trabalhadores que representavam, agiam de forma contrária em relação aos trabalhadores que contratavam para trabalhar nas entidades que dirigiam".

Rômulo Sabará da Silva, que na época era funcionário do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro Minas), confirma a prática: "As relações de trabalho eram motivo de muita polêmica. Havia dirigentes sindicais que exigiam de seus empregados que fizessem funções que não constavam do contrato". Ele aponta ainda outro problema: "Em muitos casos, absurdamente, dirigentes também exigiam o alinhamento com a corrente política predominante na direção. E mais, o empregado deveria ser um militante engajado, sob o risco de ser demitido, como de fato ocorreu em algumas situações. Imagine, então, como era trabalhar em sindicato em que não havia consenso político na direção? Aí, sim, o trabalho se transformava em um pesadelo".

Para Vera Lúcia dos Santos Cardoso, ativista no Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem quando decidiu tomar parte do movimento, o principal fator que impulsionava a categoria era a repressão vivida no interior das entidades sindicais.

"Não havia só a questão salarial, que era um problema. Havia, sobretudo, a repressão dos dirigentes sindicais, para os quais não tínhamos direito sequer de reclamar. Faltava democracia".

Rômulo Sabará:
"Relações de trabalho eram motivo de muita polêmica"

Reação

Por todas as razões listadas acima, funcionários do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Sindicato dos Professores (Sinpro Minas, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaemg), Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro/MG), Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar (SAE/MG), Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Fitee), Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (Sinttel/MG), Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, Orientação e Formação Profissional (Senalba/MG), Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE/MG), Sindicato dos Bancários de BH e Região e Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais (Sintappi/MG) começaram a se organizar.

A adesão, contudo, não foi imediata. Lages credita o fato à existência de duas visões distintas entre os empregados de entidades sindicais. "Ao mesmo tempo em que havia um bloco que defendia a existência de uma entidade para celebrar acordos coletivos em nome da categoria, outra corrente, de tendência anarquista, entendia que deveríamos adotar a autogestão. Embora esta última reconhecesse a importância da organização por local de trabalho e não se opusesse à negociação, rejeitava a necessidade de ter direitos convencionados".

Vera Lúcia recorda ainda que o temor que se espalhou ante a perspectiva de retaliação por parte dos dirigentes sindicais freou a organização em seus primeiros dias. "Havia um medo muito grande das pessoas de se aproximar, principalmente de ser demitidas".

Vera Lúcia:
"Não tínhamos direito sequer de reclamar, faltava democracia"

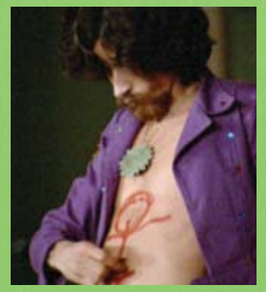
A preocupação fazia sentido. De acordo com as personagens que colaboraram para esta reconstituição, a reação dos dirigentes sindicais foi a pior possível.

"Era muito comum ouvirmos dos dirigentes que não precisávamos nos organizar, pelo simples fato de não termos patrões. Mas, na prática, a intenção era manter camuflado o desrespeito com que nossos direitos eram tratados", afirma Trindade.

"O fato de, a princípio, a adesão ter sido tímida não resultava propriamente de desinteresse por

MASSACRE NAS RUAS DE PEQUIM

Em 1989, uma visita de Gorbatchev a Pequim disparou o movimento pela redemocratização da China, que reuniu cerca de 100 mil manifestantes de diferentes grupos sociais – desde intelectuais que apontavam o Partido Comunista Chinês como "repressivo" e "corrupto" a trabalhadores que reivindicavam a aceleração das reformas que prometiam debelar a inflação e o desemprego. Os protestos pacíficos resultaram no "Massacre da Praça da Paz Celestial", ocorrido em junho, quando cerca de 2.600 civis – segundo estimativa da Cruz Vermelha chinesa – foram mortos por tropas do Exército.



VOZES QUE SILENCIAM E QUE GRITAM

Em 7 de junho de 1989, aos 47 anos, Nara Leão silenciava, vítima de um tumor cerebral. Artista inovadora, a cantora integrou o movimento musical que deu origem à Bossa Nova. Em meados dos anos 1960, motivada pela ascensão das lutas sociais no país, se tornou um dos principais expoentes da chamada "música de protesto". Apontada por Glauber Rocha como uma das expoentes do Cinema Novo, Nara Leão produziu uma obra vasta e representativa.

No mesmo ano, em 21 de agosto, morria, aos 44 anos, Raul Seixas, vítima de parada cardíaca. Inovador, o artista se destacou pela originalidade, ironia e humor ácido de seu igualmente extenso repertório.

Mas nem só de tristezas viveu a música brasileira em 1989. "Big Bang", álbum dos Paralamas do Sucesso, narrou, na primeira de suas 13 faixas, o desencanto do trabalhador com os rumos do país – "Desempregado, despejado, sem ter onde cair morto / Endividado sem ter mais com que pagar / Nesse país, nesse país, nesse país / Que alguém te disse que era nosso" (Perplexo).

Entre outros lançamentos, ajudou a salvar o ano.

parte da categoria. Éramos bombardeados pelo discurso de que não deveria haver entre nós uma relação de patrão e empregado, mas, sim, de 'companheiros de luta'. Outros estranhavam o fato de seus trabalhadores lutarem por uma organização própria, ao mesmo tempo em que agiam como os piores patrões. A estes respondíamos que a organização só não teria razão de existir se não houvesse por parte dos dirigentes a incoerência de negar a seus empregados direitos que eles próprios buscavam fazer cumprir. Ou seja, nossa organização nasceu também com o propósito de cobrar dos dirigentes um sindicalismo ético", completa Sabará.

Perez lembra ainda que os diferentes níveis de organização nas entidades sindicais fomentavam a desigualdade entre seus trabalhadores. "Nas entidades em que se tinha maior nível de consciência e organização, as condições de trabalho eram melhores. Naquelas onde não havia, os dirigentes repassavam aos empregados o que julgavam conveniente. A categoria, por sua vez, permanecia refém desta situação".

Além disso, diferenças entre os níveis de mobilização das próprias categorias representadas contribuíam para isso. Quem trabalhava em sindicatos que se destacavam pela combatividade, possuía mais direitos, quando a lei que obrigava o repasse era cumprida. Já os demais passavam a compor uma espécie de "subclasse" no interior do sindicalismo.

Pouco a pouco, entretanto, ao mesmo tempo em que as resistências se diluíam, a Apeesemg avançou. Aos pioneiros se juntaram funcionários do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde (Sind-Saúde/MG), Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares (Sindados/MG), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética (Sindieletro/MG) e Sindicato dos Radialistas (Sintert/MG), entre outros.

Estava concluída a primeira etapa de um longo e intenso processo de organização que daria origem ao Sitesemg.

Neoliberalismo

A Constituição Federal de 1988 legou aos trabalhadores em entidades sindicais autorização legal para se organizarem. Na prática, o texto constitucional ratificava a disposição dos empregados em sindicatos de fundarem seu próprio sindicato.

Já no ano seguinte, o país se preparava para eleger de forma direta seu Presidente da República, após 29 anos. A candidatura de Fernando Collor de Mello, até então um obscuro político do Estado de Alagoas, filho das classes mais abastadas do país, passou a ser entusiasticamente apoiada pelos principais meios de comunicação.

Collor combinava um discurso moralista contra os "marajás" – termo pejorativo aplicado aos funcionários públicos – ao apelo aos "descamisados" e "pés-descalços", como se referia aos herdeiros da dívida social brasileira.

No segundo semestre de 1989, simultaneamente ao processo eleitoral em curso no Brasil, reuniam-se em Washington (EUA) economistas de instituições financeiras como o FMI, Banco Mundial

Constituição de 1988 legou aos trabalhadores em sindicatos autorização para se organizarem

BREVE OCASO DO CINEMA NACIONAL

Em 1989, o cinema nacional vivia seus piores dias e fechava-se assim um ciclo iniciado a partir de meados dos anos 1950, quando cresceram as pressões da intelectualidade brasileira para que o Estado investisse na produção cinematográfica nacional – naquela época, o apelo não surtira efeito, pois, entre outras razões, o governo temia colocar dinheiro em um segmento tido como pouco lucrativo, que o faria confrontar poderosos interesses estrangeiros. Até que, na segunda metade da década de 1960, ao optar por intervir na cultura, tanto por meio de incentivos quanto através dos órgãos de censura, o governo militar buscou controlar as manifestações que o criticavam. Assim foi criado o Instituto Nacional de Cinema (INC), com a missão de promover o desenvolvimento e formular/executar a política de produção, importação, distribuição e exibição de filmes no Brasil e no exterior – anos depois, transformado na Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme).

Embora ligada ao poder Executivo, a Embrafilme deu impulso à produção cinematográfica no país até a crise econômica dos anos 1980 que, de um lado, fez com que o apoio financeiro minguasse e, de outro, o público se afastasse das salas de exibição. Somou-se a isso o lançamento do polêmico "Pra Frente, Brasil", em 1982, que, ao provocar a ira dos chefes militares, precipitou um boicote à Embrafilme.

O tiro de misericórdia seria disparado nos primeiros dias do governo Fernando Collor de Mello, para quem o cinema nacional deveria adaptar-se à lógica mercantil dominante na época. Até a Retomada – como ficaria conhecido o movimento que fez ressurgir a produção após a estabilização econômica –, o cinema brasileiro experimentou seu breve ocaso.

e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos com o intuito de elaborar um conjunto de propostas destinadas ao ajuste macroeconômico dos países em desenvolvimento.

O "Consenso de Washington", que lançou as bases do que mais tarde ficaria conhecido como "neoliberalismo" (leia mais nas páginas 34 a 38), mirava dois objetivos principais: encontrar mercados para as mercadorias e capitais excedentes das corporações norte-americanas e supri-las de força de trabalho e de matérias-primas baratas para melhorar sua capacidade de competir no mercado internacional. Para atingi-los, os Estados Unidos pretendiam ocupar o mercado da América Latina e utilizá-lo como plataforma para confrontar-se economicamente com a União Europeia e o Japão, ao mesmo tempo em que buscavam aplainar o terreno para a criação de uma área de livre comércio nas Américas, naturalmente, sob sua hegemonia.

Ao ser eleito, Collor incorporou ao seu discurso o ideário neoliberal, sintetizado no "Plano Brasil Novo" – ou "Plano Collor" – elaborado sob a coordenação da professora Zélia Cardoso de Mello e anunciado no dia de sua posse. Ao mesmo tempo, acelerou o processo de abertura da economia iniciado no governo Sarney.

Na tentativa de controlar a inflação – que, em janeiro de 1990, atingiu 56% –, incentivou a entrada de produtos estrangeiros a fim de evitar que as empresas instaladas no país aumentassem preços – entre outras medidas, o governo isentou cerca de 1.000 produtos de tarifas de importação.

Paralelo a isso, para fazer caixa, "sequestrou" a poupança e deu prosseguimento ao programa de privatização das empresas estatais. O resultado é que, sem capital de giro para tocar seus negócios, as empresas reduziram drasticamente a produção, o que fez com que os trabalhadores tivessem seus salários reais reduzidos. O arrocho salarial, linha-mestra do "Plano Collor", nada mais era do que o conhecido receituário do FMI, que atribuía ao excesso de demanda a causa da inflação. Não tardou para que a economia entrasse em recessão.

Pioneirismo

O fracasso do governo Collor manteve acesa a luta popular e sindical. Nesse contexto, já amadurecidos pela mobilização iniciada oito anos antes e com a chancela dada pela Constituição Federal, os empregados em entidades sindicais decidiram que era hora de criarem seu sindicato.

A autorização já havia sido dada em assembleia realizada em 4 de maio de 1989. Nesse mesmo ano, os trabalhadores em entidades sindicais realizaram seu 1º Congresso, entre os dias 15 e 17 de setembro, em Belo Horizonte, com a participação de representantes de empregados em 19 sindicatos da capital e do interior – foram ao todo 52 delegados e seis observadores. No encontro foi elaborado um plano de lutas do qual constavam itens como a democratização das relações nas entidades sindicais, piso salarial unificado, plano de cargos e salários e estabilidade no emprego, além de benefícios como vale-transporte e vale-refeição gratuitos e direito à creche.

Também foi aprovada a filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e proclamado o caráter apartidário do Sitesemg. A partir daquela data, os trabalhadores em sindicatos aderiram à luta contra a privatização das empresas estatais e por reforma agrária.

Ainda no primeiro congresso, a categoria resolveu ampliar a organização no interior do Estado, com a criação de delegacias regionais no Vale do Aço, Triângulo Mineiro e zonas da Mata e Norte e lançar a campanha "Trabalhador Sindicalizado é Trabalhador Consciente". Até que, em 14 de março do ano seguinte, com a obtenção da Carta Sindical, o Sitesemg adquiriu personalidade jurídica para atuar em defesa dos trabalhadores em entidades sindicais de Minas Gerais.

"A transformação da antiga Associação em Sindicato se deu como uma consequência natural do acúmulo de forças que a categoria experimentava naquele momento, para expandir as conquistas e dar aos acordos coletivos a proteção legal reivindicada por todos", avalia Trindade.

Leda observa ainda que a organização gestada no interior das entidades sindicais mineiras foi pioneira no país.

"Embora já soubéssemos que trabalhadores em sindicatos de outros estados também reivindicavam organização própria, coube a Minas Gerais sair na frente e servir de exemplo para a categoria".

Herança

Os primeiros anos do Sitesemg correram paralelamente ao fim do governo Collor. Em pouco mais de dois anos, o "caçador de marajás" legou aos assalariados uma queda de 30% de seu rendimento real. O salário mínimo real, por sua vez, caiu 35% e passou a representar 26% do que valia em 1940, ano em que fora instituído.

Os investimentos em Educação foram reduzidos à metade – de US$ 8,4 bilhões, em 1989, para US$ 4,2 bi, em 1991; em Saúde, caíram 44%, de US$ 11,4 bilhões para US$ 6,4 bilhões.

A herança deixada por Collor incluiu ainda a alienação de 15 empresas estatais, com as quais o governo arrecadou cerca de US$ 3,5 bilhões. Para se ter ideia do prejuízo causado ao povo brasileiro, apenas a Usiminas – primeira estatal a ser privatizada – possuía um patrimônio avaliado na época entre US$ 8 bilhões e US$ 10 bilhões.

Em defesa da categoria e do país

Primeiros anos do Sitesemg foram dedicados à conquista de direitos e à luta por soberania e distribuição de renda

Em janeiro de 1990, após a realização de uma convenção que decidiu pela composição de uma única chapa com o nome "Construindo a Luta", a primeira direção do Sitesemg foi constituída. Em um processo eleitoral que contou com a participação de 70% da categoria, de 223 votantes, 215 referendaram a unidade.

A partir daí, além de reafirmar as bandeiras aprovadas no 1º Congresso, no plano interno, o Sitesemg passou a estimular a criação de comissões de base dotadas de estabilidade; no plano externo, aderiu à luta contrária ao pagamento da dívida externa.

Meses depois, ao realizar seu primeiro seminário, a direção eleita denunciou o caráter elitista do governo Collor e sua intenção de desarticular por completo o movimento popular e sindical, além do imobilismo das forças de esquerda diante da crise.

Neste mesmo ano, em setembro, o Sitesemg promoveu o 1º Seminário de Trabalhadores em Entidades Sindicais de Minas Gerais, com a presença de empregados de 16 entidades – oito delas do interior do Estado –, que elaboraram um plano de organização para a categoria.

Em seu 2º Congresso, realizado em 1991, o Sitesemg criou um departamento de Formação e lançou o informativo ***Opinião Sindical*** , para divulgar suas ações.

Boa vontade

Ao se defrontarem com o inevitável progresso da organização de seus empregados, ainda em 1991, durante o 4º Congresso Nacional da CUT, seus dirigentes aprovaram um documento em que ressaltavam a importância dos sindicatos de trabalhadores em entidades sindicais. A aparente "boa vontade", contudo, não escondia o desrespeito com que o Sitesemg ainda era tratado por grande parte das direções sindicais.

"Eram muitos os que se negavam a negociar, ou seja, colocar no papel o que era praticado", recorda Jadir da Silva Perez, que preside atualmente a entidade. "Este comportamento dos dirigentes levou a inúmeras greves nesse período, que foram duramente reprimidas".

Nesse mesmo ano, o Sitesemg estimulou o debate em torno de uma ação unificada da categoria no país, ao recepcionar o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores em Entidades Sindicais (leia mais nas páginas 24 a 27).

Paralelamente à luta pelo direito de organização, pouco a pouco, acordos negociados em Minas Gerais passaram a garantir, além de aumento real de salários, abono e outros benefícios.

Ao mesmo tempo, ao se posicionar contrariamente ao modelo orgânico defendido em 1996 pela 7ª Plenária Nacional da CUT

Realizado em 1991, 2º Congresso incentivou formação

Em 2003, Sitesemg promoveu o "1º Seminário de Saúde e Ergonomia"; dois anos depois, criou Coletivo de Saúde e inaugurou plantão de atendimento à categoria

– que subordinava as decisões tomadas pelas direções sindicais à orientação prévia da Central –, o Sitesemg ratificou a defesa de um sindicalismo feito a partir da base e orientado pelas necessidades da categoria.

Terceirização

Desde esta época, políticas de gestão normalmente associadas à reestruturação produtiva capitalista – terceirização, por exemplo – ganharam a simpatia de boa parte das direções sindicais (leia mais nas páginas 29 a 33) e exigiram resposta. Ainda assim, as ações do Sitesemg não se limitaram à luta corporativa.

Já no ano seguinte à sua criação, a entidade apoiou a greve geral convocada pelas centrais sindicais em protesto contra o "Plano Brasil Novo". Em 1991, nova greve geral foi realizada no país e, mais uma vez, lá esteve o Sitesemg para reivindicar reposição das perdas salariais, aposentadoria por tempo de serviço, emprego e reforma agrária, além de protestar contra a corrupção que fazia "derreter" o governo.

Em 1992, com Collor rejeitado por 71% da população, o Sitesemg aderiu às manifestações que exigiram sua saída, ratificada naquele mesmo ano pela Câmara dos Deputados, após um longo processo de investigação levado adiante por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Àquela altura, a crise econômica achatava salários nas entidades sindicais e eram constantes os atrasos de pagamento e as demissões. A sobrecarga de trabalho e a insegurança se espalhavam e, naquele mesmo ano, o Sitesemg visitou dezenas de municípios mineiros para conhecer de perto o ambiente em que cada um trabalhava – a partir daí, o contato com o interior do Estado se tornaria cada vez mais frequente.

Presença

A eleição de Fernando Henrique Cardoso – lançado à Presidência da República quando ainda era ministro da Fazenda de Itamar Franco, que sucedeu Collor –, na esteira do sucesso obtido com o "Plano Real", levou o Sitesemg a denunciar a aliança das elites e dos principais meios de comunicação destinada a impor ao país a política econômica que vigoraria nos oito anos seguintes.

Data desta época o aprofundamento do desmonte neoliberal, centrado na privatização das empresas estatais, flexibilização dos direitos trabalhistas e desregulamentação do sistema financeiro, sob a égide do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Centenas de manifestações contrárias à entrega do patrimônio público e às mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foram realizadas, e o Sitesemg aderiu aos protestos.

Com o surgimento das primeiras denúncias de Lesões por Esforços Repetitivos (LER) em sindicatos, o Sitesemg também passou a estar presente, sempre que possível, nos principais fóruns de debate promovidos pelo movimento sindical para tratar do tema.

A chegada do ano 2000 ratificaria a importância da decisão tomada pela categoria 11 anos antes: retaliações praticadas contra os que apontavam as contradições no ambiente de trabalho, a ausência de uma política de valorização dos empregados e o crescimento das demissões de portadores de doenças ocupacionais, além do desrespeito à regra da estabilidade, levaram o Sitesemg a tornar públicas estas denúncias.

Em 2001, ao participar de um encontro realizado pelo Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador (INST) da CUT, denunciou o crescimento do número de casos de adoecimento nas entidades sindicais. Neste mesmo ano, criou um Coletivo de Saúde e inaugurou um plantão de atendimento à categoria.

Em outubro de 2003, realizou o "1º Seminário de Saúde e Ergonomia", na Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro), em Belo Horizonte.

Independência

Nesta época, o número de acordos coletivos negociados anualmente pelo Sitesemg era limitado a pouco mais de 20. "Era difícil negociar. Em vários sindicatos, sequer permitiam a nossa entrada", ilustra Maurício da Silva Gomes, membro da atual direção do Sitesemg.

Esta situação só mudaria a partir de 2010, quanto a decisão de desfiliar-se da CUT foi tomada em Assembleia Estadual Congressual. A partir daí, o número de acordos mais do que quintuplicou. "Só depois disso, sindicatos filiados a outras centrais e entidades patronais passaram a negociar conosco", lembra Rogéria Cássia dos Reis Nascimento, também integrante da atual direção.

"Isso consolidou a independência do Sitesemg e fortaleceu o compromisso com um sindicalismo atuante e ético", observa Rômulo Sabará da Silva. Mais uma etapa estava superada.

Aprovada em 2010 (ao lado), desfiliação da CUT fez expandir número de negociações coletivas, diz Rogéria Nascimento (acima)

Jadir Perez:
"Sem o Sitesemg, conquistas seriam limitadas e terceirização seria maior"

Novo século trouxe novos desafios

A "ressaca" que sucedeu a avalanche neoliberal fez com que Luís Inácio Lula da Silva – duas vezes derrotado por FHC, em 1994 e em 1998 – voltasse a ter real chance de vitória.

O Sitesemg se engajou na campanha e, em 28 de outubro de 2002, viu o Brasil eleger Presidente da República um operário que iniciara a militância política no meio sindical. A partir daí, novos desafios viriam.

Com Lula no governo, propostas de reforma da Previdência Social e trabalhista ressurgiram. O Sitesemg se posicionou contrariamente a elas e em favor da preservação de direitos. Além disso, criticou publicamente a tentativa de aprovação de um projeto de reforma tributária que colocava em risco o orçamento da Seguridade Social – maior "programa" de distribuição de renda do país.

Da mesma maneira, nos últimos anos, tem condenado propostas que visam regulamentar a terceirização e eliminar os limites à sua expansão, além de ter-se aliado à luta contra o fator previdenciário e em favor da redução da jornada de trabalho sem redução de salários, da ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que impõe sanções à demissão imotivada – e em defesa de salários e direitos iguais para homens e mulheres.

Tempo ratificou importância da organização

"O surgimento do Sitesemg é o resultado da descoberta de que quem trabalha em sindicato é trabalhador como em qualquer lugar", resume Vera Lúcia dos Santos Cardoso. "E serviu para demarcar a nossa condição. Por isso, foi importante. Do contrário, acredito que hoje o desrespeito seria muito maior e a rotatividade também", acrescenta.

Para Perez, benefícios como auxílio-alimentação, auxílio-creche, plano de saúde e auxílio-educação dificilmente teriam se disseminado nas entidades sindicais sem o incentivo à organização. "Não tenho dúvida também de que conquistas como abono e gratificação seriam muito limitadas. E a terceirização seria maior", avalia.

Atualmente, o Sitesemg negocia mais de 100 acordos coletivos anuais com entidades sindicais de trabalhadores e patronais.

Leopoldo Lages, membro da atual direção, destaca ainda o reconhecimento obtido junto a órgãos como Ministério do Trabalho e Emprego e Justiça do Trabalho, além do apoio recebido do Ministério Público do Trabalho.

"Não tenho dúvida de que avançamos muito nestes 25 anos. Mas o trabalhador em sindicato, embora seja um instrumento importantíssimo para as conquistas das diversas categorias, muitas vezes não tem seu valor reconhecido. Por isso, a luta é permanente".

"O Sitesemg é parte do avanço do país nos últimos 25 anos. Mas, na medida em que a organização coletiva cresceu, surgiram novos problemas. Daí o fato desta organização ser não só importante, como necessária", pontua Leda Maria Nolasco.

Leopoldo Lages:
"Luta é permanente"

Sede própria reforçou independência

Foram necessários 16 anos para a conquista da sede própria. A partir da fundação da Apeesemg, a categoria passou a se reunir no número 570 da Rua da Bahia, região central de Belo Horizonte. Foi assim até 1992.

Naquele ano, o Sitesemg mudou-se para um edifício vizinho, número 573. Lá, se instalou em três andares diferentes, até adquirir sua primeira sede, em outubro de 2005.

"Até 2002, a cada fim de ano, o Sitesemg era forçado a contratar empréstimos ou atrasar o pagamento de encargos por não dispor de recursos financeiros para fechar suas contas. Naquela época, as ínfimas receitas vindas das contribuições e mensalidades eram usadas para saldar compromissos assumidos no ano anterior. Isso dificultava o trabalho na capital e, sobretudo, no interior", observa Norman Jorge Domingos (Kawakynho), membro da atual direção.

O equilíbrio orçamentário alcançado a partir daí, possibilitou que, em novembro de 2007, o Sitesemg para a atual transferisse para a atual sede, nas salas 602/603 do mesmo edifício.

Berço da organização nacional

Anfitrião do primeiro encontro que reuniu a categoria no país, Sitesemg mantém presença ativa na Fites

A aprovação dada em 2 de abril deste ano pela Câmara dos Deputados à criação do Dia do Empregado em Entidade Sindical retribuiu uma luta iniciada pelos trabalhadores em sindicatos ainda em 1991, ano em o Sitesemg foi anfitrião do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores em Entidades Sindicais, realizado em Belo Horizonte, que reuniu delegações de 13 estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe, além de Minas) e do Distrito Federal.

Realizado na Escola Sindical 7 de Outubro, o encontro debateu data-base única no país e relações de trabalho nas entidades sindicais, além de ter-se voltado para temas nacionais como arrocho salarial e privatização do patrimônio público.

O 1º Encontro resultou também na eleição de uma coordenação, que passou a fomentar o debate em torno da criação de uma entidade nacional, que só viria a ser efetivamente fundada em 2003, em congresso realizado, mais uma vez, em Belo Horizonte.

Integraram a primeira direção eleita da Federação Nacional dos Trabalhadores em Entidades Sindicais e Órgãos de Classe (Fites) três membros da diretoria do Sitesemg. Entre eles, Maria de Lourdes Vieira da Cunha (Lurdinha), uma das principais responsáveis pela articulação nacional que deu origem a Fites.

Nos anos seguintes, Lurdinha, ao lado de outros dirigentes, se dedicaria à causa de organizar nacionalmente os trabalhadores em entidades sindicais.

Graças a este esforço, em 9 de maio de 2006, a categoria conquistou aquela que é até hoje sua maior vitória: o pleno direito de se organizar, conferido pela Lei 11.295/2006, de autoria do deputado federal Mário Heringer (PDT/MG).

Em 2007, a tentativa de debater com as centrais sindicais as condições de trabalho nas entidades filiadas acabou frustrada, embora a Fites tivesse solicitado a intermediação do Ministério do Trabalho e Emprego para que a reunião se realizasse.

Meses depois, as centrais repetiriam o gesto, quando a Fites identificou a necessidade de levar à mesa de negociação temas como rotatividade e avanço da terceirização nas entidades.

Da mesma forma como fariam em 2008, ao se negarem a assinar um protocolo de intenções com duração mínima de 12 meses, destinado a interromper as dispensas.

Atualmente, quatro dos dirigentes do Sitesemg são membros natos da direção da Fites.

Luta por regulamentação prossegue

A proposta de criação do Dia do Empregado em Entidade Sindical se tornou uma bandeira de luta da categoria em 2009, durante o 2º Congresso da Fites. O dia 9 de maio foi escolhido para coincidir com a data da promulgação da Lei 11.295/06, que assegurou o direito de sindicalização ao empregado em entidade sindical.

Em 2011, as assembleias legislativas do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro aprovaram a proposta. No ano seguinte, o mesmo ocorreu em Minas Gerais.

Em nível federal, após duas tentativas frustradas, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Cultura da Câmara dos Deputados deram seu aval ao Projeto de Lei 3.562/12, de autoria do deputado federal José Stédile (PSB/RS), aprovado em plenário em 2 de abril deste ano – falta, agora, o PL ser votado no Senado.

Lurdinha lembra que, ao referendarem a proposta, os participantes do 2º Congresso da Fites tinham o objetivo de "motivar uma categoria de extrema relevância para o mundo do trabalho e retribuir o que estes trabalhadores fazem em prol de milhares de categorias profissionais". "Reconhecer o valor dos empregados em entidades sindicais é compreender a função social que esta categoria desempenha no mundo do trabalho e sua contribuição para o fortalecimento da democracia", observa.

CBO

Recentemente, os trabalhadores em entidades sindicais foram incluídos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob a denominação Assistente Administrativo Sindical (Código 4110). Ainda segundo Lurdinha, já tramita no Congresso Nacional outro projeto de lei que visa regulamentar a profissão. "Em geral, o trabalhador em sindicato não é valorizado e convive com baixos salários, desrespeito a seus direitos, assédio moral/sexual e discriminação. Daí a importância da regulamentação, para que possamos lutar por piso salarial e pela fixação de nossa jornada de trabalho, entre outros direitos", acrescenta.

Dirigentes vão a Brasília para tratar de temas de interesse da categoria

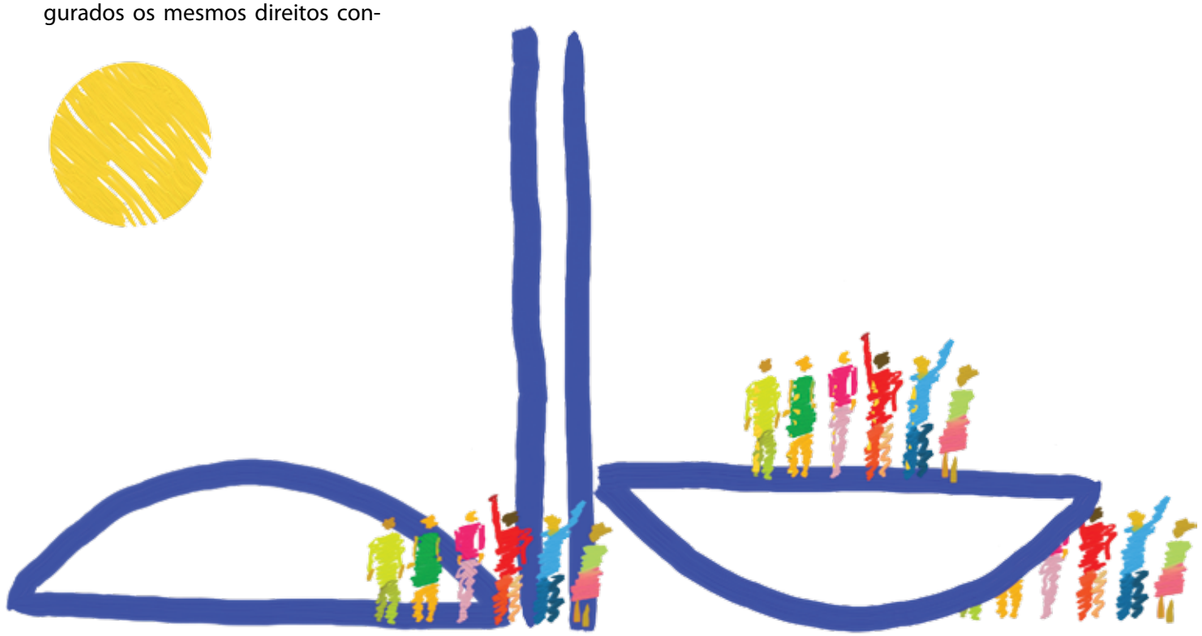
ADI 3890 ameaça direito de organização

Em 2007, uma ameaça concreta à organização dos trabalhadores em entidades sindicais passou a tramitar no Supremo Tribunal Federal (STF): a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3890, interposta pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) junto àquele órgão, que questiona a constitucionalidade da Lei 11.295/06.

Na ADI, a CNC alega que trabalhadores em entidades sindicais não precisam ter organização própria pelo fato de já terem assegurados os mesmos direitos conquistados pelas categorias representadas pelos sindicatos que os empregam. Pareceres elaborados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Advocacia Geral da União (AGU) e Senado, a pedido do STF, consideraram, entretanto, infundada a alegação.

Em março de 2013, em audiência no STF com a relatora da ADI, ministra Rosa Weber, Lurdinha solicitou que fosse dada aos sindicatos filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Entidades Sindicais e Órgãos de Classe (Fites) a oportunidade de se manifestarem a respeito do assunto.

Em maio daquele ano, a permissão foi concedida ao Sitesemg. Ainda não há data prevista para o julgamento.



Ferramenta de transformação

Muito se ouvia falar que os trabalhadores em entidades sindicais éramos fracos, que não teríamos força para lutar, que não conseguiríamos nos organizar. Contraditoriamente, estas afirmações partiam justamente daqueles que por anos nos ensinaram a fazer as lutas.

Com a transformação das relações de trabalho, o Sitesemg demonstra claramente a necessidade de sua existência, pois quem é trabalhador em entidade sindical sabe o sofrimento por que passa.

Além disso, desenvolve um papel importantíssimo para a categoria, pois atua fortemente na defesa de seus direitos.

A necessidade de se ter uma ferramenta de defesa dos direitos conquistados implica sem dúvida na manutenção de uma estrutura que é dos trabalhadores. E essa estrutura em Minas Gerais é o Sitesemg.

Um sindicato que não nasceu somente para fechar acordos, mas pronto a enfrentamentos de toda ordem, o que tem feito. Hoje, fala-se muito no enfraquecimento das entidades representativas, situação que não se confirma em relação ao Sitesemg, pois, mesmo diante de todas as dificuldades, a entidade continua firme em seu propósito: dar respaldo e suporte para a sua classe.

A manutenção da entidade depende muito do trabalho feito por suas gestões e o Sitesemg prova que é necessário estar perto do trabalhador. Como via de mão dupla, os trabalhadores devem também participar das atividades do seu Sindicato, buscando sempre estar ao lado da entidade que os representa.

Ao completar 25 anos de fundação, o Sitesemg vem mantendo a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em entidades sindicais e se consolidando como ferramenta de transformação do mundo do trabalho. E tem mostrado que não faltará na hora em que o trabalhador mais precisar.

Cabe por último destacar a importantíssima participação que o Sitesemg teve e continua a ter na construção da Federação Nacional dos Trabalhadores em Entidades Sindicais e Órgãos de Classe (Fites).

O Sitesemg cumpre um papel fundamental na existência da Fites e tem contribuído fortemente para o fortalecimento da democracia nas relações de trabalho, bem como formando parcerias para a manutenção dos direitos conquistados pelos trabalhadores em entidades sindicais.

Vida longa!

Edilson Santos
Presidente da Fites

Casa de ferreiro, espeto de pau

Modelo de gestão adotado em entidades sindicais levou seus empregados a se organizarem

O desenvolvimento do capitalismo sindical, resultante (...) da burocratização interna dos sindicatos, levou os próprios sindicatos a serem geridos de maneira idêntica às empresas capitalistas. É esta situação que justifica o surgimento de sindicatos destinados aos empregados em sindicatos, que de outro modo poderia parecer paradoxal.

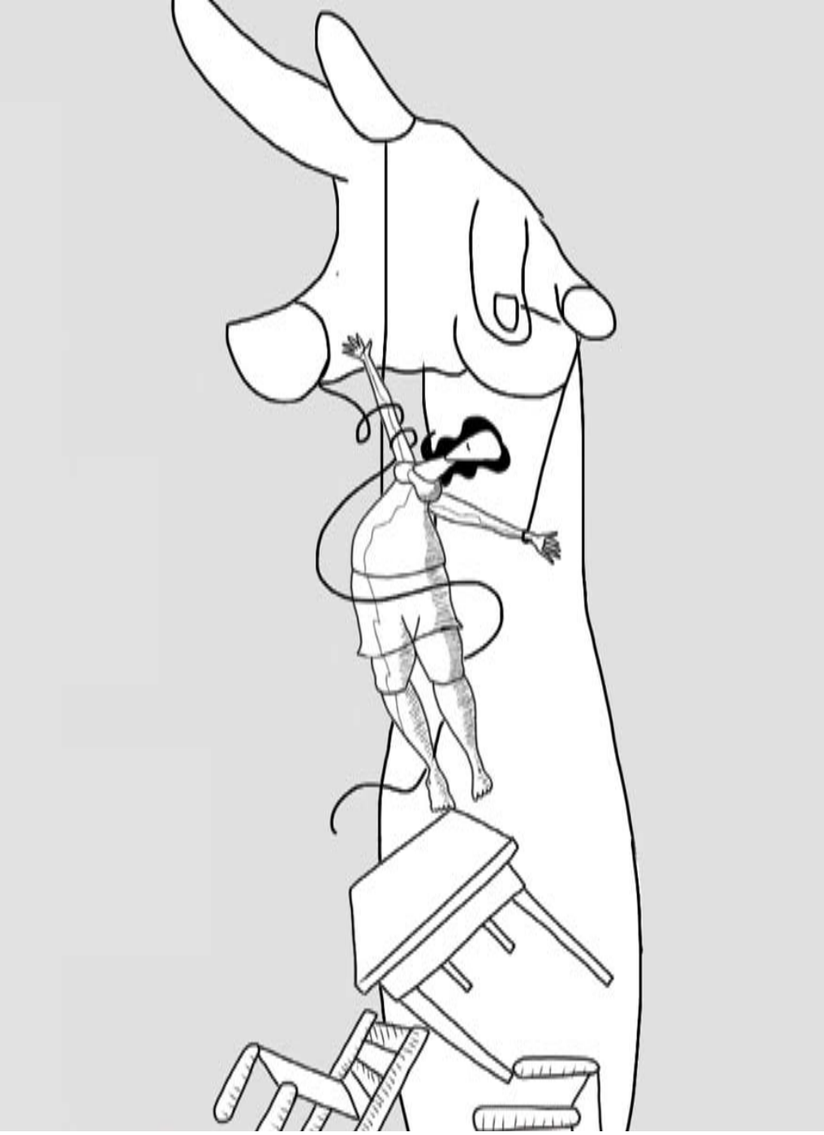
Assim os autores de "Capitalismo Sindical" (Editora Xamã, São Paulo, 2008), João Bernardo e Luciano Pereira, descrevem a origem das organizações de trabalhadores em sindicatos, que ganharam impulso a partir da segunda metade dos anos 1980.

Para Pereira, se tivéssemos que escolher um marco para a "metamorfose" de boa parte dos dirigentes que encarnavam o chamado "sindicalismo autêntico", este seria 1988, ano em que foi promulgada a Constituição Federal em vigor. "É o momento em que o acúmulo de forças destas organizações havia chegado a um nível tal que deu condição ao movimento sindical de inserir uma série de reivindicações na carta constitucional", observa o advogado trabalhista e assessor sindical.

Contraditoriamente, no entanto, ele nota que "a partir daí, há um processo gradativo de acomodação destes dirigentes, que encontram conforto nas facilidades que o modelo corporativista sempre deu ao movimento sindical". É o momento em que, ainda segundo o autor, muitos dirigentes deixam a condição de trabalhadores para se tornarem gestores sindicais. Investidos deste novo papel, passam a reproduzir práticas capitalistas na administração das entidades e trazem para dentro delas, sem capacidade de crítica, contradições próprias da relação capital/trabalho.

"O que é um paradoxo, já que uma das características mais frequentemente apontadas no modelo de relação de trabalho que temos no Brasil é exatamente sua excessiva hierarquização, ou seja, a ausência de um espaço de democracia, que faz com que o trabalhador, ao colocar o pé no local de trabalho, perca a sua condição de cidadão".

Leda Maria Nolasco, uma das fundadoras do Sitesemg, observa que a origem da entidade se liga exatamente à necessidade de enfrentar "o assédio, as perseguições



e os baixos salários", entre outros problemas. "Temos nossas próprias reivindicações e necessidades, além do fantasma da demissão sempre presente antes e após cada eleição sindical. Ao mesmo tempo, somos trabalhadores que prestam serviços a outros trabalhadores e temos que fazê-lo bem", ilustra.

Jadir da Silva Perez, outro pioneiro dos tempos da Apeesemg (Associação Profissional dos Empregados em Entidades Sindicais do Estado de Minas Gerais) reforça: "A cada três anos, se novos gestores assumem, há projetos no campo estratégico, estrutural e administrativo que tornam instável a permanência do trabalhador em entidade sindical. Por isso, inclusive, o nosso apoio à ratificação da Convenção 158 da OIT".

Na avaliação do atual presidente do Sitesemg, vários fatores levaram à referida acomodação dos dirigentes.

"O primeiro deles é a receita fácil, vinda do Imposto Sindical e da chamada 'taxa negocial' ou 'de fortalecimento', que torna quase desnecessário o trabalho de base. Por outro lado, existe o desejo de perpetuação, que, ao inibir a formação de novos quadros, põe em risco os próprios mandatos. Isso levou a um enfraquecimento das concepções e práticas sindicais que, dos anos 1990 para cá, tem cada dia mais afastado os trabalhadores de suas organizações", opina.

Na mesma linha de raciocínio, Pereira observa que não é raro encontrar dirigentes sindicais que ajudaram a derrotar o "peleguismo" e ainda hoje se mantêm no exercício do mandato.

"Hoje já temos dirigentes desse novo sindicalismo há 30 anos no poder. Curiosamente, os mesmos que criticavam o 'encastelamento' durante a ditadura militar".

Paradoxo

Perez aponta como maior paradoxo o fato de boa parte do movimento sindical não reconhecer o direito à estabilidade dos dirigentes de entidades sindicais criadas por seus empregados. "É algo totalmente contraditório. Por conta disso, já enfrentamos demissões em diversos sindicatos", ilustra.

O episódio mais recente teve como alvo Rogéria Cássia dos Reis Nascimento, secretária-geral na atual gestão. Após ter sido demitida do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde em Minas Gerais (SindSaúde/MG), ela teve que esperar mais de oito anos até que uma ação tramitasse por todas as instâncias da Justiça para ser reintegrada ao trabalho, em 2010.

Proximidade do governo contém reivindicações

Para o sociólogo Rudá Ricci, a transformação dos dirigentes sindicais brasileiros se deu a partir de meados dos anos 1990. No caso específico da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros fatores, pela "quase simbiose" que se originou nesta época de sua aproximação do grupo liderado por José Dirceu no Partido dos Trabalhadores (PT).

Rudá Ricci: "Partidarização e governismo se espraiaram por quase todo o movimento sindical"

A vitória de Lula, em 2002, por sua vez, marcou o que ele chama de "conformação da política neocorporativa de estilo europeu".

Trocando em miúdos, Ricci quer dizer que "as centrais sindicais foram incorporadas às arenas estatais de formulação de políticas públicas federais". "A partidarização e o governismo se espraiaram por quase todo o movimento sindical, que passou a indicar nomes para o Ministério do Trabalho e secretarias estaduais do trabalho. Foi uma escolha política e ideológica", explica.

Como resultado disso, segundo o sociólogo, constituiu-se uma "casta sindical mais inserida nos gabinetes governamentais que nos locais de trabalho". "O governismo sindical – a inserção da lógica partidária e governamental no mundo sindical – diminuiu o ímpeto de mobilização e confronto justamente porque fazia parte do ambiente de paz social que parecia decisivo para atrair investimentos produtivos. A agenda montada por Lula é *rooseveltiana* (alusão ao presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, idealizador do "New Deal", programa com que os EUA enfrentaram a crise provocada pela quebra da bolsa de Nova York, em 1929) e, como tal, se apoia num pacto desenvolvimentista", completa.

Fato que, para Luciano Pereira, foi agravado pela legalização das centrais sindicais, em 2008. "A grande concertação que se deu a partir da repartição dos recursos da contribuição sindical acabou por produzir uma domesticação das centrais", acredita.

Luciano Pereira: "Repartição de recursos domesticou centrais sindicais"

Assédio moral passa a denominar práticas corriqueiras

Com o passar dos anos, exemplos concretos de desrespeito profissional e do ambiente pouco afeito a manifestações contrárias a determinadas práticas – como ocorre ainda em boa parte das entidades sindicais – foram reunidos em um único conceito: assédio moral, que, sobretudo, neste século, tem motivado dezenas de denúncias ao Sitesemg.

Este fato fez com que, a partir de 2007, a entidade promovesse uma série de atividades para tratar exclusivamente do tema. Realizado naquele ano, o "Seminário Integrado Saúde e Assédio Moral" abordou o assunto do ponto de vista clínico, psicológico e do direito do trabalho. Convidado do encontro, o médico do trabalho Geraldo Pimenta observou na época: "Muitos dirigentes sindicais reproduzem em suas entidades a mesma gestão autoritária de seus patrões, embora devessem ser os primeiros a dar o exemplo".

De lá para cá, contraditoriamente, o problema permaneceu em pauta. Em outubro de 2013, última vez em que a categoria se reuniu para debater o tema, o advogado e assessor sindical Luciano Pereira creditou os casos de assédio moral em sindicatos ao fato de a sociedade ainda não ter sido capaz de superar o modelo antidemocrático em que se baseiam as relações de trabalho, "em si mesmas desiguais, ao pressuporem autoridade do empregador sobre o empregado".

Seminário, em 2007, abordou problema sob perspectiva multidisciplinar

Em outubro de 2013, categoria voltou a se reunir para debater assédio moral no trabalho

Na ocasião, o chefe de mediação de conflitos da Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais, Reginaldo Soares de Matos, se disse "chocado ao ver como determinados dirigentes sindicais têm tratado seus empregados".

"As situações que temos presenciado mostram que o assédio moral é um atentado à dignidade humana, que precisa ser combatido", acrescentou.

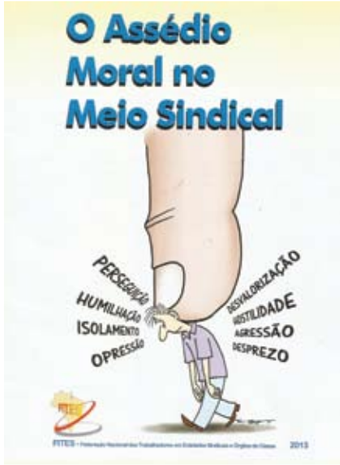
Marco legal

Na mesma noite, Pereira lamentou a ausência na legislação brasileira de um marco legal para o assédio moral, que, em muitos casos, obriga os defensores legais das vítimas a sustentarem em normas constitucionais mais gerais – como a que trata da dignidade humana – punição para os assediadores. "Nossa legislação é muito atrasada a este respeito. As exceções ficam por conta de alguns estados e municípios, mesmo assim restritas ao serviço público", informou.

E lembrou que o melhor antídoto ao assédio é a solidariedade, "mesmo porque, quando existe, o problema não é vivido por um único trabalhador". "Se uma pessoa é alvo, as demais se tornam vítimas em potencial. Por isso, silenciar é a melhor maneira de incentivar o assédio", orientou.

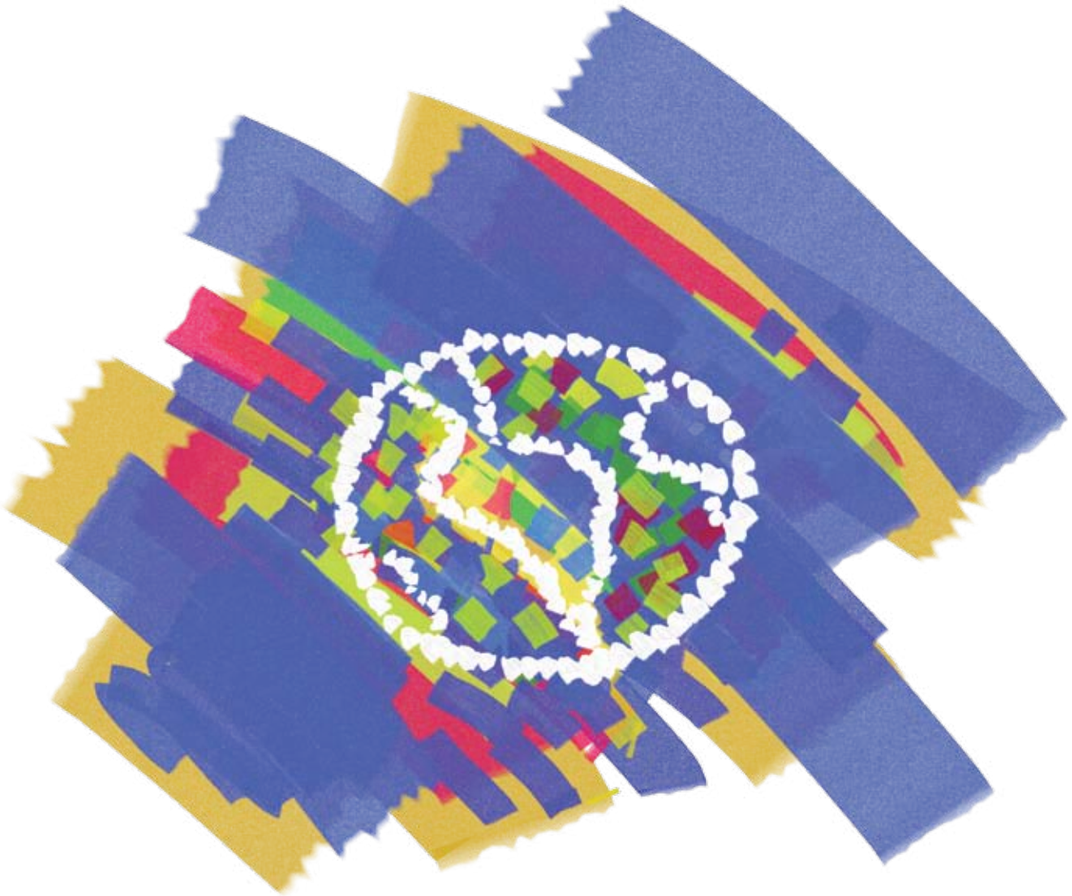
Cartilha

Também naquela noite foi lançada em Belo Horizonte uma cartilha produzida pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Entidades Sindicais e Órgãos de Classe (Fites) – disponível no site do Sitesemg (confira o endereço abaixo) –, que trata exclusivamente do tema.



Para ler a cartilha, digite: www.sitesemg.org.br

Dinheiro demais, igualdade de menos



Violência é trabalhar durante 40 anos, ganhando salários miseráveis e se perguntando se algum dia poderá se aposentar... Violência são títulos públicos e fundos de pensão roubados, e fraudes no mercado de ações...

Violência é desemprego, emprego temporário... Violência são acidentes de trabalho... Violência é ficar doente por causa do trabalho insano... Violência é tomar drogas psiquiátricas e vitaminas para lidar com as horas de trabalho exaustivas... Violência é trabalhar por dinheiro para comprar remédios para consertar a mercadoria que é sua força de trabalho... Violência é morrer em macas de hospitais horríveis quando não se pode pagar todas as taxas.

Proletários da sede ocupada da Confederação Geral dos Trabalhadores Gregos
Atenas, Dezembro de 2008

Em artigo intitulado "O fim da história", publicado em 1989, o professor de filosofia política Francis Fukuyama proclamou a incapacidade mundial de confrontar o sistema capitalista e suas regras. A afirmação era ilustrada por dois acontecimentos que ocorriam paralelamente: a dissolução da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a queda do muro que separava a capital da então Alemanha ocidental Berlim da oriental Bonn.

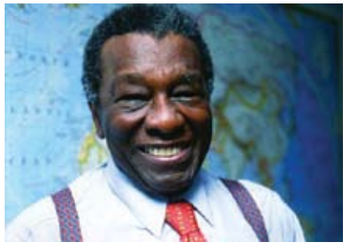
Naquele mesmo ano, uma reunião em Washington, Estados Unidos, listou as condições necessárias à aceleração do desenvolvimento econômico dos países: redução dos gastos públicos, privatização de empresas estatais, eliminação de direitos trabalhistas e abertura comercial, entre outras. Começava o período neoliberal.

Simultaneamente, o incremento das tecnologias de informação forneceu o combustível necessário à desregulamentação financeira desmedida que se seguiu. O dinheiro ficou livre para correr o mundo, em busca das aplicações mais rentáveis. A globalização, em sua segunda versão histórica – a primeira havia se dado com as ocupações territoriais do período colonial –, triunfou.

O mundo transitava, segundo os dizeres do geógrafo brasileiro Milton Santos, intelectual respeitado em todo o mundo por seus estudos sobre a globalização, de uma etapa marcada pela competição para a era da competitividade. Neste novo cenário, não bastava mais superar o "adversário". Diferentemente disso, passou a ser necessário aniquilá-lo, para assegurar a sobrevivência no mercado.

As empresas, por sua vez, concentraram pouco a pouco sua produção nas regiões do planeta em que obtinham maiores facilidades para instalar-se e explorar a mão-de-obra disponível. E passaram a dedicar-se – tanto intelectual quanto financeiramente – sobretudo, à consolidação de suas marcas, ao reforçar seu conteúdo simbólico.

Daí a constatação feita por Milton Santos da perda de prestígio da produção – e, em consequência, do trabalho, nas últimas décadas. "Falava-se, antes, de autonomia da produção, para significar que uma empresa, ao assegurar uma produção, buscava também manipular a opinião pela via da publicidade. (...) Mas, atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede à produção dos bens e serviços", observou o geógrafo no livro "Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal", publicado no ano 2000.



Para Milton Santos, mundo deveria "recomeçar o debate da civilização"

Desigualdade

Assim o mundo atravessou os anos 1990 e entrou neste século. Não tardou, porém, para que as consequências do modelo econômico se revelassem aos povos: ao mesmo tempo em que o dinheiro se concentrava nas mãos de um número cada vez menor de pessoas – em 2014, o patrimônio das 85 pessoas mais ricas do mundo equivale ao dos 3,5 bilhões de indivíduos mais pobres –, a maioria das populações experimentava a queda de seu poder aquisitivo e o desemprego.

Exemplo disso é que, em 1990, um trabalhador nos Estados Unidos ganhava 38 vezes mais do que o que era pago na Tanzânia (África); dez anos depois, a remuneração do mesmo norte-americano já era 61 vezes superior à de um tanzaniano.

Fruto da lógica financeira e da busca incessante do lucro, para Milton Santos, a desigualdade atingira tal proporção que deveria ser objeto de reflexão. Em "O mundo global visto do lado de cá", documentário lançado em 2006 pelo

Publicado em 2000, o livro "Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal", do geógrafo brasileiro Milton Santos, aponta as consequências da globalização para os diferentes povos

brasileiro Sílvio Tendler, o geógrafo apontava a necessidade de "recomeçar o debate da civilização".

"Passamos a debater o crescimento econômico, se vamos aumentar os juros, se vamos diminuir, se vamos facilitar um pouco de inflação ou não, mas a civilização quase não é objeto de discussão. E isso abre para qualquer forma de barbárie como essa pela qual a gente deixa morrer crianças, velhos, adultos, tranquilamente", afirmava.

Antes disso, a fome já havia deixado de ser um fato isolado ou ocasional, para tornar-se generalizada e permanente – 14 milhões de crianças morriam todos os anos antes de completar o quinto ano de vida. Atualmente, 12% da população mundial (842 milhões de pessoas) vivem em situação de fome crônica.

Milton Santos lembrava ainda que a manutenção desta lógica só era possível graças ao controle da informação em circulação no planeta, que legitima a ordem imposta aos povos. Na longa entrevista concedida ao cineasta, ele cita o fato de àquela altura apenas seis empresas – agências internacionais de notícias estreitamente ligadas ao mundo da produção material e das finanças – interpretarem o mundo para a grande massa.

Maurício Koller da Rocha: "Tese da autorregulação dos mercados sofreu fragorosa derrota"

Ápice

A irracionalidade atingiu seu ápice em setembro de 2008, após o mundo ter atravessado duas grandes crises – em 1997, que teve como alvo a Ásia, e em 1998, que atingiu de início a economia russa.

Em 2008, a crise das hipotecas imobiliárias, nos Estados Unidos, que levaria à falência o banco Lehman Brothers, fez surgir novamente uma crise de proporção planetária, ainda mais intensa que as anteriores, de que é prova o fato de prolongar-se até os dias de hoje.

Dado o ambiente de liberalização financeira que fez expandir os aplicadores em escala global, a catástrofe logo se alastrou para o resto do mundo. Como resultado imediato, o crédito se tornou mais raro (e caro) e contagiou os setores produtivos e o comércio.

"Isso fez com que a tão difundida tese da autorregulação dos mercados, centrada no individualismo, sofresse uma fragorosa derrota", aponta o sociólogo Maurício Koller da Rocha, que, desde 2013, é responsável pela coordenação de oficinas de formação dirigidas à direção do Sitesemg.

Para Zygmunt Bauman, dívidas públicas altíssimas herdadas da crise empobrecerão as próximas gerações de trabalhadores europeus

Crise castiga trabalhadores europeus

Antes disso, porém, o fracasso da tese de que as leis de mercado por si só são capazes de assegurar vida digna a todos não só desmentiu a "profecia" de Fukuyama como levou ao poder, na maioria dos países da América Latina, partidos que se opunham ao neoliberalismo, o que, em alguns casos, suavizou o impacto da crise mais recente sobre seus trabalhadores, se comparados a gregos, espanhóis, portugueses e italianos.

No Brasil, por exemplo, graças ao fato de ter conservado seu sistema bancário – em especial o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) –, o país pode reagir frente à escassez mundial de crédito.

Na Europa, contudo, os efeitos foram imediatos e seguem devastadores. O desemprego na Itália atinge atualmente 12,6% da população – e chega a 43% entre os jovens entre 15 e 24 anos; em Portugal, 15,5% dos trabalhadores estão desempregados; na Espanha, 26,26%; na Grécia, 28%.

Os índices são o resultado das políticas adotadas após o início da crise.

Em troca de dinheiro, Portugal privatizou empresas de transporte, energia e seguros, aumentou impostos e reduziu a quantidade de parcelas do seguro-desemprego e das indenizações pagas a trabalhadores demitidos.

Na Grécia, funcionários públicos foram arrochados e os do setor privado terão reajustes abaixo da inflação nos próximos anos. Além disso, ficou mais fácil demitir, a parcela destinada pelos trabalhadores à segurança social encareceu e pensionistas foram penalizados por uma reforma que retirou recursos da economia.

Passados dois anos da eclosão da crise, intelectuais europeus não viam razão para ser otimistas. Em entrevista a uma revista brasileira de circulação semanal, publicada em setembro de 2010, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, professor emérito das universidades de Leeds (Reino Unido) e Varsóvia (Polônia), afirmava que o pior estava longe de terminar.

"Ainda veremos suas consequências de longo prazo (um grande desemprego, entre outras). Em segundo lugar, as reações à crise

não foram até agora animadoras. A resposta quase unânime dos governos foi de recapitalizar os bancos, para voltar ao 'normal'. Mas foi precisamente esse 'normal' o responsável pela atual crise (...). A recapitalização dos bancos e instituições de crédito resultou em dívidas públicas altíssimas, que precisarão ser pagas pelos nossos filhos e netos — e isso pode empobrecer as próximas gerações".

Resistência

Os trabalhadores europeus têm buscado resistir como podem às medidas, como ficou demonstrado nas manifestações de rua promovidas, sobretudo, na Grécia e na Espanha. O exemplo mais bem-sucedido de resistência, contudo, partiu da Islândia, país com pouco mais de 300 mil habitantes e um dos primeiros a quebrar em 2008.

A reação veio logo. Reunidos sob o lema "Não pagamos a crise deles", os islandeses colocaram para fora um primeiro-ministro – em seguida, julgado e condenado – que propunha socorrer bancos que haviam embarcado na ciranda financeira e mandaram para a prisão os executivos destas instituições.

Nesta mesma época, 25 pessoas do povo foram escolhidas por voto direto para reescrever a Constituição, a partir das sugestões dos cidadãos que quisessem contribuir. Aprovado, o documento estatizou todos os recursos naturais, impediu o Estado de manter segredos sobre seus cidadãos e criou as bases de uma democracia direta, em que basta o pedido de 10% da população para que uma lei aprovada pelo Parlamento seja objeto de plebiscito.

Três anos depois, o país já havia superado a crise e sua economia voltara a crescer. A explicação era simples: a Islândia fizera tudo o que Portugal, Espanha, Itália e Grécia não haviam feito. Ou seja, deixou-se guiar pela soberania popular e não mais pelos interesses de poucos privilegiados.

O que prova que dia a dia a história continua a ser escrita. Que assim seja.

Ecos da insatisfação

Ausência de reformas estruturais explica insatisfação que tomou ruas do Brasil

Elaboradas para "remediar" a crise do endividamento na América Latina e assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos países, as teses neoliberais foram prontamente acolhidas no continente. Para continuarem a receber "ajuda" do Fundo Monetário Internacional (FMI), os países deveriam elevar juros, privatizar patrimônio público, contrair o crédito e arrochar os salários. O Brasil seguiu à risca as determinações.

Com o triunfo do livre mercado, empresas (siderúrgicas, mineradoras etc.) e serviços (telefonia, energia etc.) que até aquele momento eram mantidos sob o controle do país passaram a ser adquiridos por grupos privados, mediante empréstimos a juros subsidiados do próprio governo brasileiro.

Por outro lado, a âncora cambial – que sustentou a paridade do Real frente ao dólar nos primeiros anos do plano até dissolver-se em 1999, logo após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998/1999-2002) –, encarecia os produtos brasileiros frente aos estrangeiros para manter a inflação sob controle, o que levou à falência milhares de empresas brasileiras incapazes de competir em um cenário assimétrico como o que se desenhou a partir daquele momento.

Curiosamente, parte dos "profetas do caos" que, em 1989, haviam espalhado que, se Lula vencesse as eleições, 800 mil empresários deixariam o país, agora se viam penalizados pelos governos que ajudaram a eleger – anos depois, teriam que se conformar com o fato de 60% de toda a produção de mercadorias e serviços em território brasileiro estarem em mãos de transnacionais e multinacionais.

"No período FHC, vivemos sob a hegemonia completa da burguesia financeira internacional sobre o país, que gerou 17 milhões de desempregados", observou o economista João Pedro Stédile, durante palestra para um grupo de jornalistas e ativistas sociais, realizada em março deste ano, em Belo Horizonte.

"Com Lula no governo, esse ciclo se rompe, para dar lugar a um novo desenvolvimentismo, baseado na retomada do crescimento e do papel do Estado e na distribuição de renda" – sem que, contudo, as reformas estruturais que o país reclama fossem equacionadas.

Para o fundador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as manifestações de junho de 2013 revelaram, contudo, "o esgotamento deste modelo, ao evidenciarem problemas na educação, no transporte público e de moradia nas grandes cidades".

"Além disso, há uma parcela da juventude que está sendo excluída da universidade. No último ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) eram 600 mil vagas para seis milhões de candidatos. O que fazer com os 5,4 milhões de estudantes que não entraram, dizer que esperem um ano para tentar novamente", perguntava.

Embora, a partir da eleição de Lula, o Brasil tenha tomado decisões que favoreceram sua inserção mundial – com destaque para a integração à Rússia, Índia, China e África do Sul, que deu origem à sigla BRICS, destinada a contraporse à supremacia dos países desenvolvidos e a instituições como FMI e Banco Mundial – o país ainda é prisioneiro de uma dívida pública que, em junho deste ano, atingiu R$ 2,2 trilhões.

Por conta disso, em 2012, o pagamento de juros e amortizações consumiu R$ 718 bilhões do Orçamento Geral da União – o equivalente a 43,98% de tudo o que o Brasil tinha para gastar naquele ano.

Naquela mesma manhã, Stédile lembrou que a dívida subtrai a cada semana R$ 5 bilhões dos cofres do país, o que explica o fato de demandas não atendidas serem atualmente o principal combustível da insatisfação popular.

Vale lembrar que a Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal considera crime a cobrança de juros sobre juros – embutida no cálculo de "correção" da dívida brasileira. O artigo 26 da Constituição Federal, por sua vez, prevê que a dívida deve ser auditada. Até o momento, porém, ambas as orientações permanecem ignoradas pelo governo.

Para o sociólogo Maurício Koller da Rocha, é tarefa dos sindicatos "reagir frente a isso no campo ideológico, político, econômico e cultural". "Cabe aos trabalhadores lutar contra a hegemonia do capital financeiro e reafirmar seus valores de classe", sugere.

Futuro

Ao avaliar de forma retrospectiva as manifestações de junho, o também sociólogo Rudá Ricci observa que "a crítica aos partidos e ao centralismo (dirigismo) político, a exigência de valorização das bases e o 'mobilismo' retornaram à agenda nacional de lutas sociais". E nota que "embora o protesto – sobretudo dos jovens – tenha perdido força em razão da violência policial com que foi rebatido e do significado da Copa do Mundo no imaginário dos brasileiros, a insatisfação permanece latente".

"Várias pesquisas têm mostrado que metade da população permanece insatisfeita. Não se pode descartar, portanto, que uma piora das condições de consumo popular – o dínamo da inclusão social da última década – venha a alimentar novos protestos de rua. Manifestações com tanta intensidade como as que ocorreram no ano passado indicam um sintoma", conclui.

A conferir.

"Manifestações de junho revelaram o esgotamento deste modelo, ao evidenciarem problemas na educação, no transporte público e de moradia", observou João Pedro Stédile

BRICS redesenha geopolítica mundial

Simultaneamente à conclusão desta edição, representantes dos governos do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul se reuniam em Fortaleza (CE) para darem o primeiro passo rumo à construção de uma nova arquitetura financeira planetária.

No dia 11 de julho, foram assinados os tratados constitutivos de um banco de desenvolvimento próprio e de um fundo de reservas que, na prática, irão contrapor-se à hegemonia do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial – organismos multilaterais controlados pelos países mais ricos do mundo –, erguida a partir da reunião de Bretton Woods, em 1944.

A nova instituição financeira terá a missão de financiar projetos em seus países e em outras nações emergentes. Já o fundo de estabilização econômica apoiará países em crise que enfrentarem dificuldades em seu balanço de pagamentos ou se tornarem alvos de ataques especulativos.

A iniciativa é fruto da insatisfação dos BRICS com os resultados das negociações que visavam aumentar sua participação e seu poder no Banco Mundial e no FMI – dos quais desejam reduzir a dependência.

Segundo fontes diplomáticas, o banco dos BRICS terá um aporte inicial de US$ 50 bilhões – US$ 10 bilhões em dinheiro e US$ 40 bilhões em garantias. Este orçamento poderá chegar a US$ 100 bilhões em dois anos e a US$ 200 bilhões em cinco anos.

Já o fundo de reservas – inspirado em um acordo firmado entre diversos países da Ásia, como alternativa ao FMI no socorro financeiro a países em crise – terá dotação inicial de US$ 100 bilhões e poderá ser utilizado pelos membros do BRICS diante de "contingências financeiras". A previsão era de que a China entraria com US$ 41 bilhões, enquanto Rússia, Brasil e Índia contribuiriam com US$ 18 bilhões cada, e a África do Sul com US$ 5 bilhões.

O bloco calcula que, uma vez aprovado, o banco entrará em operação em dois anos, já que sua criação deve ser ratificada pelos congressos dos cinco países-membros e sua regulamentação precisa ser definida. Ainda não há definição, contudo, se será permitido a países que não sejam sócios solicitar recursos.

"Este fato traz consigo uma importância geopolítica estratégica, uma vez que o BRICS passa a se constituir não apenas como bloco econômico, mas se torna ator efetivo na disputa pela hegemonia na nova conformação internacional", conclui Rocha.

Novo século inaugura ativismo digital

As primeiras manifestações que tomaram as ruas do país em meados de 2013 foram resultado direto da expansão das redes sociais eletrônicas, que, para estudiosos, constituem um elemento novo a ser incorporado à análise social deste começo de século: o ativismo digital.

"As redes on-line, quando se estabilizam em sua prática, podem formar comunidades virtuais, diferentes das físicas, mas não necessariamente menos intensas ou menos eficazes na criação de laços e na mobilização", afirma o sociólogo espanhol Manuel Castels em "A Galáxia da Internet", livro no qual se dedica a analisar a contribuição da tecnologia às novas formas de ativismo.

Para o autor, na sociedade em rede os movimentos sociais se veem obrigados a preencher o vazio deixado pela crise das organizações herdadas da era industrial, verticalmente integradas, "o que não significa que as pessoas deixaram de se organizar e de se mobilizar na defesa de seus interesses ou na afirmação de seus valores".

Em "A Mídia e a Modernidade", o também cientista social John Thompson observa que "de um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação e maneiras de exercer o poder, que não estão mais ligadas ao compartilhamento do lugar comum". Ao abordar o tema, Thompson emprega o termo "poder simbólico" para referir-se à capacidade dos indivíduos de "intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas".

Esta publicação é dedicada a

Adauto do Nascimento / Adilson do Rosário Salatiel / Adriana Andréia C. M. de Oliveira / Ailda Ribeiro
Anacleto / Alaerson Hilário Nascimento / Alba Regina Pereira / Ana Carolina Lott C. Antunes / Ana Célia dos Santos
Ana Maria de Almeida Cruvinel / Ana Maria Dias Freschi / Ana Maria Helenice Ferreira / Ana Paula Batista
Ângela Paula Amâncio de Almeida / Antonio Carlos de Souza / Antonio D'Abadia Souza / Antonio Francisco da Silva
Antonio Eustáquio Fernandes Silva (*in memorian*) / Antonio Gomes Vicente / Aparecida de Fátima Torôa
Aryosvaldo José de Sales / Benedito dos Santos Maia / Berta Diniz e Silva / Camila da Silva / Carlindo Marques Pereira
Carlos Alberto Costa / Carlos Alberto Coelho Ferreira / Carlos Alberto de Freitas Souza / Carlos A. Neves Carajá
Carlos Juventino / Cássio Fernando de Lima / Catarina Maria Abdalla / Célio Geraldo Lino / Cesimar Moreira da Silva
Charles Anderson G. Flavio / Clarice Ribeiro / Claudine da Conceição Santana / Claudio Antonio de Souza (*in memorian*)
Claudionor Barbosa dos Santos (*in memorian*) / Cleiber Ribeiro da Cruz / Consuelo Lourdes dos Santos
Cristiano Soares da Costa / Dagmar Miguel Costa / Daniel Gomes Correia / Daniel Pereira Goulart
Danielle Augusto Faria Sabará / Daniel Silva G. Nascimento / Débora Florêncio Vieira Teixeira / Deise Márcia Silva
Delviton de Paula Chaves / Denise Déia da Silva / Diogo Braga / Donizete da Costa / Ediley Alves da Silva
Edimar Nascimento Felipe (*in memorian*) / Eduardo Carlos Gomes / Edvândio Costa Evangelista (*in memorian*)
Eliane Nery Sant'Anna / Eliane Rosa Gomes / Elizabeth Maria de Carvalho Rocha / Elza Geralda Paixão
Elza Maria Silva Santana / Ernani Natalício E. da Silva / Fabiano Matos dos Santos / Fabrício Aurélio de Souza
Fernanda Gonçalves de Brito / Flávio de Queiroz Ferreira / Flávio Tarcísio Leão / Francisca Cardoso da Silva
Franklin Gonçalves dos Santos / Geneci Cadete / Geraldo Luiz Pereira Baio / Geraldo Maciel da Silva
Geraldo Magela Lisboa Medeiros / Gilson Luz Andrade / Giovana Miranda da Silva / Girlane Henrique da Silva
Gislene Pereira de Melo / Gloria Inês Sales / Helena Lúcia F. Nogueira / Henrique Melo / Ivani Martins dos Santos
Ivan Ferreira Gomes / Ivan Raimundo P. A. Silva / Ivone Maria Sena / Jainder de Assis / Janaína Aparecida da Luz
Janete Antonia / Jefferson Francisco Ferreira / João Batista Nunes / João Gonçalves Pires
João Rodrigues de Miranda Filho / João Sérgio de Medeiros / Jones Batista Pinheiro / José Carlos de Souza
José Carlos Gobbi / José Dimas dos Santos / José Flávio de Souza / José Francisco Neris / José Lafaiete de Almeida
José Maria dos Santos / José Rodrigues / Juliana de Oliveira Mendes / Júlio Cesar de Souza Nascimento
Junio Bispo Barreto de Moura / Juraci V. S. Albuquerque / Kênia Policarpo dos Santos / Leda Maria Nolasco
Leonardo Souza Costa Lisangela Moreira / Luciana Andréia B. Pereira / Luciana Aparecida G. de Brito
Lúcio Aparecido dos Anjos / Lúcio Mauro Nunes Pereira / Luiz Alberto Silva / Luiz Matias de Melo
Luzia Bertoldo Landim / Manoel Moreira / Márcia Custódia Pereira / Marciano Teixeira Neto / Marco Aurélio Dias
Marco Aurélio dos Reis Coelho / Marcos César Ribeiro / Marcos Paulo Moreira / Maria Aparecida N. Silva
Maria Auxiliadora Cesário / Maria da Penha Leocádio / Maria de Lourdes Vieira da Cunha / Maria do Livramento Ananias
Maria Elisa Marangon Maria Teresa Sales / Marina Gonçalves Vieira / Marilda Gonçalves da Silva
Mário Eduardo Passos Martins / Marlene Antonia da Silva / Marlene Maria de Souza / Marlon Damasceno Agostinho
Marlon de Almeida Martins / Maués Santana Pinheiro / Maura Lúcia Soares / Natacha Zenita Ferreira
Natanael Matos de Souza / Newton Tiburcio / Nilson Reis Costa / Nívia Mara Silva / Osvaldo Pereira Xavier
Patrícia da Conceição Silva / Patrícia de Araújo Castro / Paulo Azarias / Paulo Ribeiro Araújo / Pedro dos Santos Cruz
Pierre Ramon da Silva / Regina Alice Brant / Regina Celi D'Ávila Pimentel / Regina S. Caldeira
Rejane Aparecida L. Saraiva / Ricardo Gonçalves Maciel / Rita de Cássia Calazans / Rita de Cássia Moreira
Roberlaine de Jesus Barbosa / Roberto dos Santos Pereira / Roberto Rodrigues de Jesus / Robert Soares Gomes
Rogério Godinho Cândido / Rômulo Sabará da Silva / Rosania Claudia M. de Lima / Rosemary Correia de Oliveira
Rosimeire A. de Oliveira / Rubens Amaral Norberto / Saulo Esllen Martins da Cruz / Sérgio Luiz da Silva
Silvania Crispim de Souza / Silvano Gomes da Silva / Sonia Maria do N. Martins / Sueli Campos Rocha
Tanilda das Graças Araújo / Tanísia G. Aguiar / Terezinha Maria de Souza / Ubiratã Pinto Cerqueira
Vera Lúcia dos Santos Cardoso / Vera Lúcia Falcão Pimenta / Waldecir dos Santos Pereira / Waldecy Matos Coelho
Wanderson Alves de Souza / Wilson Ferreira dos Santos / Zeni Anicio Silva – ex-dirigentes do Sitesemg –,
às funcionárias Maria das Mercês Vieira da Cunha, Maria Aparecida Santos, Ivone Ferreira de Assis,
Vanessa Neri Peres, Rosimere Fagundes dos Santos, Célia Regina de Castro Menezes e Elisangela Elvira Pereira
e a todos os trabalhadores em entidades sindicais que construíram esta história.

trabalhador
é trabalhador em
qualquer lugar
defenda-se. seja sócio